

VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 184/XIV

Pela demora no pagamento das indemnizações devidas aos feridos nos incêndios de 2017

Mais de dois anos depois dos grandes incêndios de 2017, ficámos a saber, que há quatro vítimas que ainda esperam pelas respectivas indemnizações, o bombeiro Rui Rosinha que, sublinhe-se, sacrificou a sua integridade física para, em conjunto com outros colegas – um dos quais morreu –, salvar uma família. Quatro adultos e uma criança sobreviveram ao inferno das chamas graças ao sacrifício destes bombeiros, mas Rui Rosinha ficou com uma incapacidade de 85%.

Mais de dois anos depois, Vítor Neves aguarda pela indemnização que o poderá ajudar a sobreviver, pois ficou com 65% do corpo queimado e com 1,5 centímetros de dedos numa mão e um centímetro na outra.

O que seria destas pessoas, que aguardam as indemnizações, se não fossem familiares e amigos que os ajudam a ter, pelo menos, comida na mesa?

Os processos de indemnização que estão por concluir envolvem tribunais, seguros e desacordo em relação a valores. Por outras palavras, o valor do dinheiro está a sobrepor-se ao valor da vida humana, ao valor da vida destas pessoas que tiveram a infelicidade de vivenciar um dos momentos mais trágicos da história de Portugal.

Estas pessoas, que convivem todos os dias com as consequências do fatídico Verão de 2017, estão incapazes de trabalhar, já realizaram dezenas de intervenções cirúrgicas e, alguns, precisam de ainda mais.

Estas pessoas, que convivem diariamente com as consequências dos incêndios de 2017 cuja responsabilidade está por apurar e cuja culpa – esperemos que não – acabará, como diz o povo, por morrer solteira (porque é assim que acontece em Portugal), viram a sua vida interrompida de uma forma trágica que nos é impossível sequer imaginar.

Mas estas mesmas pessoas continuam à espera, que um tribunal ou uma seguradora decidam quanto vale a sua vida e calculem o montante que será justo ou aproximadamente justo, receberem.

Enquanto isso, estas pessoas vivem com cicatrizes, com dores e com as dificuldades económicas e financeiras inerentes à sua incapacidade de trabalhar, vendo a sua vida paralisada, bem como a das suas famílias.

Pelo exposto, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, apresenta um voto de condenação pela forma como o Estado social está a falhar com estas pessoas que não têm qualquer responsabilidade no sucedido e, no entanto, são as que mais sofrem com as consequências da tragédia.

São Bento, 14 de fevereiro de 2020

O Deputado

André Ventura